# VI - VALORES, EIXOS ESTRATÉGICOS DO GOVERNO E DIRETRIZES SETORIAIS

### **Valores**

Reafirmam-se os valores orientadores do Governo Municipal:

- Valorização da ética e busca da transparência.
- Construção do sentido de equipe (solidariedade).
- Orientação pelo senso de urgência da população.

Com a afirmação desses valores se espera acumular forças para a construção da sociedade democrática e socialista e se procura corresponder às expectativas e às prioridades da população.

# Eixos Estratégicos

No final de 2004 e início de 2005, depois de um processo de discussão a partir das demandas da população, da construção dos diagnósticos da cidade e considerando os compromissos assumidos pela gestão, foram selecionados temas que sintetizam e dão materialidade aos eixos estratégicos. São eles:

#### Cuidar das Pessoas

É o compromisso com a construção da sociedade sem excluídos, justa e democrática. O cuidar das pessoas é colocado em primeiro lugar, ampliando e qualificando os atendimentos de saúde e educação, trabalhando por moradia e trabalho e preservando vidas. O compromisso maior é assegurar que os cidadãos tenham pleno acesso aos bens públicos, materiais e espirituais, que lhes garantam condições melhores de vida e felicidade, passo indispensável para a construção do novo homem e da nova sociedade.

- 1. Política de Habitação
- 2. Política de Atenção à População na Rua
- 3. Juventude/ Terceira idade
- 4. Programa Guarda-chuva
- 5. Política de Educação
- 6. Política de Saúde
- 7. Política de Esporte e Lazer
- 8. Prevenção à Violência

# Cuidar da Cidade

Recife mudou muito nos últimos quatro anos. A gestão voltada para as áreas mais necessitadas produziu uma outra fisionomia para a cidade como um todo e para as áreas mais pobres, em especial. A partir de então, deve-se trabalhar com atenção redobrada na manutenção e no embelezamento da cidade, na busca de uma cidade com mais qualidade de vida, com mais infraestrutura, melhor mobilidade urbana, mais limpa e mais bela, o que além de beneficiar sua população, permitirá atrair um número ainda maior de visitantes.

- 1. Ações de embelezamento
- 2. Recife nos Trinques
- 3. Guarda-chuva
- 4. Contenção do avanço do mar
- 5. Brasília Teimosa

# Cidade do Futuro

A Recife do futuro deve ser pensada a cada dia. Alguns passos importantes já foram dados nesta direção, como o disciplinamento da altura dos prédios em bairros da cidade e o início da discussão do plano diretor. Agora, é preciso discutir e elaborar um projeto de cidade, que tenha um perfil dinâmico, empreendedor e qualidade de vida comprovada pelos indicadores de saúde e educação. Uma Recife que se torne referência nacional e ganhe projeção internacional.

- 1. Qualificação dos Sistemas Viários
- 2. Plano Diretor
- 3. Complexo Turístico Cultural Recife Olinda
- 4. Reorganização do Centro da Cidade
- 5. Prometrópole
- 6. Capibaribe Melhor
- 7. Recife sem palafitas
- 8. Recife multicultural
- 9. Geração de emprego e renda
- 10. Gestão ambiental

# Gestão Democrática

O primeiro movimento já implantou a democracia participativa - através do Orçamento Participativo, dos Conselhos Municipais e setoriais, conselhos gestores, conferências temáticas, entre outros canais colocados à disposição ou criados pela própria cidadania - incorporou milhares de cidadãos na formulação e decisão das políticas públicas, discutindo o destino da sua cidade e da sua vida. O governo chamou a cidadania para compreender o papel e as limitações do Estado e compartilhar do poder local. Este é um processo que deve ser aprofundado, em um verdadeiro processo de educação política e de construção de uma nova sociedade.

- 1. Planejamento Participativo
- 2. Controle Social
- 3. Educação Cidadã

#### Eficiência Administrativa

O governo deve investir todos os recursos e esforços ao seu alcance para dotar a sociedade de mecanismos que assegurem a todos os cidadãos, independente de sua condição social e econômica, bens e serviços públicos de qualidade. Deve avançar no sentido de dar mais agilidade e unidade às ações, assegurar a integração entre as diferentes estruturas e centrar toda atividade no foco estratégico da gestão.

- 1. Escola de Gestão Pública
- 2. Reforma Administrativa
- 3. Descentralização Regional
- 4. Atendimento ao Público
- 5. Captação de recursos e Ampliação da Receita
- 6. Política de Tecnologia da Informação
- 7. Gestão Eficaz do Gasto Público
- 8. Política de Comunicação e Informação à Sociedade
- 9. Qualidade de vida do Servidor

# Diretrizes Setoriais

O Planejamento Plurianual 2006-2009 estabelece seus programas, projetos e ações vinculados a estes eixos, seguindo as diretrizes setoriais formuladas a partir dos diagnósticos produzidos para a política urbana, a serem submetidas e aprovadas na II Conferência da Cidade:

# Desenvolvimento Econômico

A política de desenvolvimento econômico e social do município do Recife deve estar articulada com a promoção do desenvolvimento econômico e as políticas públicas municipais, visando à redução das desigualdades sociais e a melhoria da qualidade de vida da população.

## • Atividades Econômicas

- a) Consolidar o Recife como pólo regional de aglomeração de serviços e comércio;
- b) Apoiar a instalação e a consolidação de atividades produtivas em áreas com disponibilidade de infra-estruturas;
- c) Regularizar as atividades econômicas já instaladas, através de critérios definidos em lei;
- d) Estimular as iniciativas de produção cooperativa, o artesanato, as empresas ou as atividades desenvolvidas por meio de micro e pequenos empreendimentos ou estruturas familiares de produção;
- e) Propiciar infra-estrutura adequada para a instalação de empreendimentos de alta tecnologia;
- f) Estabelecer condições apropriadas para o revigoramento dos setores econômicos tradicionais;
- g) Aprimorar a infra-estrutura para o desenvolvimento das atividades de cultura, turismo e entretenimento como fontes geradoras de trabalho e renda e de qualidade de vida;
- h) Estimular a instalação de empreendimentos de grande porte nas áreas periféricas, definindo critérios para a sua integração com os distritos industriais dos municípios vizinhos e com a malha rodoviária existente; e
- i) Estimular a instalação de incubadoras de alta tecnologia próximas às universidades e aos centros de pesquisa.

# • Turismo

- a) Ampliar quantitativamente os fluxos de visitantes para o Recife, respeitando-se a capacidade de suporte da cidade, através de permanente monitoramento do desempenho do setor;
- b) Elevar qualitativamente a composição desses fluxos, no que diz respeito a capacidade de dispêndio no lugar e nível cultural dos

- visitantes, como forma de proporcionar um melhor retorno econômico e social para a cidade, com menor impacto negativo sobre os recursos turísticos disponíveis; e
- c) Aumentar a taxa de permanência média de turistas na cidade como forma de ampliar consumo por turistas, independentemente da renovação dos fluxos turísticos.

#### Políticas Sociais

# • Educação

- a) democratizar o acesso à educação básica nas etapas da educação infantil e fundamental, em regime de colaboração com as demais esferas do poder público:
- b) construindo uma gestão ancorada nas lutas dos movimentos sociais em defesa dos direitos, em especial à educação escolar de qualidade social; e
- C) propiciando a inserção cidadã das crianças, dos jovens e dos adultos no processo de consolidação das sociedades democráticas.

#### Saúde

- a) A política municipal de saúde tem como base às diretrizes do Sistema Único de Saúde/SUS: universalizar a assistência à saúde a todo cidadão; garantir um sistema de saúde equânime; promover a integralidade das ações; fortalecer o controle social e a descentralização; promover a municipalização do sistema de saúde;
- b) As ações e serviços de saúde de menor grau de complexidade deverão ser colocadas à disposição do usuário em unidades de saúde localizadas próximas de seu domicílio, priorizando áreas de maior risco e as ações especializadas ou de maior grau de complexidade são alcançadas por meio de mecanismos de referência dos distritos sanitários;
- c) O município organizará o sistema de saúde com base territorial, garantindo maior autonomia aos distritos sanitários e melhoria de acesso e da resolutividade às ações e serviços, através da construção de uma rede regionalizada e hierarquizada; e
- d) O modelo de atenção à saúde adotará como estratégia estruturante o Programa de Saúde da Família e as ações e serviços serão definidas com base no perfil epidemiológico da população, com ênfase na vigilância à saúde ambiental e no desenvolvimento de ações intersetoriais.

#### •Assistência Social

Reafirmam-se as diretrizes da organização e da gestão da Assistência Social definidas na Lei Orgânica da Assistência Social, acrescentando outras:

- a) Gestão municipal descentralizada e autônoma.
- b) Participação popular, por meio de organizações representativas, na formulação e controle da Política de Assistência Social, através de conselhos deliberativos, conferências e fóruns ampliados de assistência social, de direitos da criança e do adolescente, de direitos da pessoa idosa e de direitos da pessoa com deficiência.
- c) Cooperação técnica, administrativa e financeira com a União, o Estado e outros Municípios.
- d) Primazia da responsabilidade do Poder Público Municipal na formulação, coordenação, financiamento e execução da Política de Assistência Social.
- e) Comando único das ações, exercido de forma compartilhada entre o órgão gestor e autarquia especializada a este vinculado e o conselho deliberativo da Política de Assistência Social.
- f) Centralidade na família para a concepção e implementação das ações de Assistência Social.
- g) Observância dos princípios, diretrizes, objetivos e linhas de ação das Políticas Municipais de Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, de Direitos da Pessoa Idosa e de Inclusão da Pessoa com Deficiência.
- h) Desenvolvimento de articulações intersetoriais e interinstitucionais para possibilitar ao cidadão e cidadã o alcance pelas várias políticas públicas.
- i) Organização do sistema descentralizado e participativo de Assistência Social que articule e integre meios, esforços e recursos empreendidos no conjunto das ações de iniciativa governamental e da sociedade civil, em serviços de natureza continuada, em programas e projetos específicos e duradouros e nas ações de natureza emergencial.
- j) Regulamentação de benefícios eventuais, previstos na LOAS, de responsabilidade do município, a serem garantidos conforme necessidades e eventos adversos contribuindo para mitigar as situações de vulnerabilidade.
- k) Fixação, no orçamento municipal, de percentual a ser destinado à Assistência Social;

- 1) Estabelecimento de critérios de partilha dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal da Criança e do Adolescente destinados ao financiamento dos programas, projetos, ações e serviços de Assistência Social.
- m) Articulação com os municípios que compõem a região metropolitana no sentido de organização de sistema integrado de seguranças e garantias sociais em consonância com a perspectiva do SUAS - Sistema Único de Assistência Social.
- n) Fomento a estudos e pesquisas para identificação de demandas e produção de informações que subsidiem o planejamento e a avaliação das ações desenvolvidas no âmbito da Política de Assistência Social.
- o) Monitoramento e avaliação contínuos da implementação e dos resultados e impactos da Política de Assistência Social.

#### •Cultura

- a) Promover ações e eventos culturais com democratização, descentralização, promoção de intercâmbio cultural e valorização da cultura local;
- b) Transformar a cultura em vetor de desenvolvimento econômico e social, integrada no espaço metropolitano;
- c) Otimizar e democratizar os equipamentos culturais do Recife;
- d) Democratizar a gestão cultural, promovendo a participação dos diversos segmentos envolvidos com a cultura na cidade do Recife, através do Conselho Municipal de Cultura, do Fórum de Cultura do Orçamento Participativo e da realização de Conferências Municipais de Cultura; e
- e) Democratizar e modernizar a gestão da secretaria de cultura, buscando agilizar o atendimento ao público e a valorização dos servidores.

# • Habitação

- a) Integrar os projetos e ações da Política Municipal de Habitação com as demais políticas e ações públicas de desenvolvimento urbano, econômico e social municipais, intermunicipais, metropolitanas, estaduais e federais, favorecendo a implementação de ações integrais e sustentáveis;
- b) Diversificar as ações de provisão, mediante a promoção pública, apoio à iniciativas da sociedade e à constituição de parcerias, que proporcionem o aperfeiçoamento e a ampliação dos recursos, o desenvolvimento tecnológico e a produção de alternativas de menor custo e maior qualidade, considerando as realidades física, social, econômica e cultural da população a ser beneficiada;

- C) Democratizar o acesso ao solo urbano e a oferta de terras para a Política Municipal de Habitação, a partir da disponibilidade de imóveis públicos e da utilização de instrumentos do Estatuto da Cidade;
- d) Coibir as ocupações em áreas de risco e non aedificandi, a partir da ação integrada dos setores municipais responsáveis pelo planejamento, controle urbano, defesa civil, obras e manutenção e as redes de agentes comunitários ambientais e de saúde;
- e) Consolidar os assentamentos ocupados pela população de baixa renda, mediante sua instituição como ZEIS, considerando os requisitos e critérios estabelecidos pela Lei do PREZEIS;
- f) Regularizar a situação jurídica e fundiária dos conjuntos habitacionais implementados pelo município;
- g) Adequar as normas urbanísticas às condições sócio-econômicas da população, simplificando os processos de aprovação de projetos e o licenciamento de Habitação de Interesse Social;
- h) Realizar, periodicamente, a Conferência Municipal de Habitação para o estabelecimento de objetivos, diretrizes, ações estratégicas da Política Municipal de Habitação e subsidiar o Plano Municipal de Habitação, elaborando Plano Municipal de Habitação e criar o Conselho Municipal de Habitação.

# Infra-Estrutura Urbana

# •Saneamento Ambiental

As diretrizes gerais para o Saneamento Ambiental Integrado do Recife devem ser regidas pelas deliberações das Conferências Municipais de Saneamento, de Meio Ambiente e de Saúde.

# • Abastecimento De Água

- b) O serviço de abastecimento de água deverá assegurar a todo habitante da cidade oferta domiciliar de água para consumo residencial e outros usos, com regularidade, em quantidade suficiente para atender às necessidades básicas e qualidade compatível com os padrões de potabilidade estabelecidos pelo Ministério da Saúde Deverão ser adotados mecanismos de financiamento do custo dos serviços que viabilizem o acesso da população ao abastecimento domiciliar.
- C) Constitui prioridade para as ações e investimentos do serviço de abastecimento d'água a conclusão das obras estruturadoras paralisadas e /ou em andamento, bem como a permanente ampliação da

oferta necessária para e a garantia do atendimento à totalidade da população da cidade.

# •Esgotamento Sanitário

- a) Deverá ser assegurado à população o acesso a um sistema de coleta e tratamento adequado dos esgotos, que garanta a diminuição dos altos índices de doenças de veiculação hídrica, ou relacionadas ao saneamento e à salubridade do ambiente, e reduza os riscos ambientais.
- b) As tarifas dos serviços de esgotos serão vinculadas às do serviço de abastecimento de água, sendo a relação entre elas estabelecida no Convênio de Concessão.

## •Drenagem Urbana

oElaborar plano Setorial de Macrodrenagem.

#### •Resíduos Sólidos

- a) Implementar uma gestão eficiente e eficaz do sistema de limpeza urbana, garantindo a prestação dos serviços essenciais à totalidade da população.
- b) Formar uma consciência comunitária sobre a importância da opção pelo consumo de produtos e serviços que não afrontem o meio ambiente e com menor geração de resíduos sólidos; e a relevância da adequada separação e disponibilização do lixo domiciliar para fins de coleta;
- C) Minimizar a quantidade de resíduos sólidos por meio da prevenção da geração excessiva, incentivo ao reuso e fomento à reciclagem;
- d) Controlar os processos de geração de resíduos nocivos e fomentar a busca de alternativas com menor grau de nocividade;
- e) Implementar o tratamento e o depósito ambientalmente adequado dos resíduos remanescentes
- f) Coibir a disposição inadequada de resíduos sólidos mediante a educação ambiental, a oferta de instalações para a sua disposição bem como a fiscalização efetiva;
- g) Estimular o uso, reuso e reciclagem de resíduos em especial ao reaproveitamento de resíduos inertes da construção civil; e
- h) Elaborar e implementar o Plano Diretor Setorial de Resíduos Sólidos, de forma integrada com o Plano de Gestão de Saneamento Ambiental.

# •Mobilidade Urbana

d) Prover a mobilidade como condição essencial para o acesso das pessoas às funções urbanas, considerando os deslocamentos

- metropolitanos, a diversidade social e as necessidades de locomoção dos portadores de deficiências;
- e) Tratar de forma integrada as questões de transporte, trânsito e uso do solo;
- f) Tratar as calçadas como malha integrada ao SMU, impedindo-se intervenções para sua redução e priorizando a circulação e a segurança dos pedestres;
- g) Priorizar a circulação dos pedestres em relação aos veículos motorizados e dos veículos coletivos em relação aos particulares;
- h) Estruturar uma rede de transporte público de passageiros na qual os coletivos circulem livre de congestionamentos.
- i) Introduzir a gradualidade da tecnologia na implantação de novos sistemas de transporte público quando as anteriores deixarem de atender às necessidades de demanda pelo serviço;
- j) Promover a acessibilidade ao Sistema de Mobilidade Urbana, garantindo tarifas adequadas no STPP e uma malha viária livre de obstáculos, possibilitando a inclusão das pessoas portadoras de deficiência;
- k) Implementar um programa municipal de redução de acidentes;
- Reduzir o impacto do seccionamento da cidade causado pelas barreiras físicas constituídas pelos sistemas rodoviário, metroviário e ferroviário, mediante infra-estruturas de transposição e integração urbana;
- m) Complementar, priorizar e preservar as vias arteriais e corredores de transporte urbano principais da cidade garantindo fluidez e segurança para os pedestres e veículos;
- n) Promover a integração da malha viária principal com a malha viária de interesse metropolitano;
- O) Garantir a consolidação do Sistema Estrutural Integrado Metropolitano - SEI nas ações desenvolvidas sobre o Sistema de Transporte Municipal; e
- p) Definir ações de requalificação e preservação da capacidade dos corredores de transporte metropolitano e urbano principal.